



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 01
26

Os Vereadores, que este assinam, no uso de suas atribuições legais, estribado nas disposições contidas no art. 21, I "a" e 21, II da Lei Orgânica Municipal, bem como a Lei 550 de 25 de maio de 1973, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresentam a consideração do plenário o seguinte:

ANTE-PROJETO DE LEI nº 003/97

Súmula: Concede isenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, a empresa **VIAÇÃO TINDIQUERA LTDA** pelo prazo que especifica, e dá outras providências.

Art. 1º - Fica concedido, nos termos da Lei 550 de 25 de maio de 1973, isenção, pelo prazo de doze meses, do Imposto Sobre Serviços, a empresa **VIAÇÃO TINDIQUERA LTDA**, CGC/MF nº 79.764.643/0001-61.

parágrafo único: A isenção terá início no primeiro mês após a publicação desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lapa, 25 de março de 1997

ALCEU HOFMANN

MARCO BORTOLETTO

WALTER HORNING

ALFREDO KELM JUNIOR

BENEDITO ROBERTO PINTO

LORIVAL MAURER RAMOS

SEBASTIÃO KRAINSKI

VILMAR FAVARO

CESAR VIDAL

RAFAEL MENDES

JOAO RENATO LEAL AFONSO

CESAR AUGUSTO LEONI

DIRCEU RODRIGUES

Alceu Hofmann
Marco Bortoletto
Walter Horning

Alfredo Kelm Junior
Benedito Roberto Pinto
Lorival Maurer Ramos

Sebastião Krainski
Vilmar Favaro

Cesar Vidal
Rafael Mendes
João Renato Leal Afonso

Cesar Augusto Leoni
Dirceu R. Ferreira

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR.

PROTÓCOLO Nº 325/97

DATA 25 / 03 / 97

(Assinatura)



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 02
36

JUSTIFICATIVA:

Desde o mês de dezembro próximo passado iniciou-se o serviço de transporte coletivo urbano em nossa Cidade. A empresa vencedora foi a VIAÇÃO TINDIQUERA LTDA.

Conforme expediente desta empresa a nossa Casa de Leis, arca ela neste início de atividades com um prejuízo mensal de aproximadamente R\$ 11.000,00.

Como devemos no início deste transporte fazer com que os preços da tarifa não majorem, a ponto de inviabilizar a continuidade deste benefício e inibir os seus usuários, é que fazemos o presente projeto.

Para corroborar com as alegações ora expendidas, apresentamos em anexo cópia da Lei 550, expediente da Viação Tindiquera Ltda e o contrato de concessão.

É a justificativa.

Lapa, 25 de março de 1997

VEREADORES

Handwritten signature

100

Lapa, 25 de março de 1997

VEREADORES

Matheus
Larissa
Maurer Ramos
Mariane
Ferreira
Dircen R. Ferreira
Wyllow?

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 03
36

ANO VIII *****

BOLETIM OFICIAL

***** Nº 30

LAPA, EM 1º DE JUNHO DE 1968

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEIS SANCIONADAS

L E I Nº 408

D A T A: 1º/VI/1968

SÚMULA : INCENTIVA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS NO MUNICÍPIO DA LAPA

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

L E I Nº 408

Art. 1º. - O Poder Executivo da Lapa, Estado do Paraná, deverá manter, permanentemente, contato com proprietários, diretores ou procuradores devidamente credenciados, de firmas nacionais e estrangeiras que exerçam / atividades industriais não extrativas, visando a instalação de fábricas // neste Município, podendo, para isso, adquirir terrenos e doá-los às referidas firmas, isentá-las do pagamento de impostos, taxas e outros emolumentos e conceder-lhes outros favores da competência e alçada da Municipalidade.

Art. 2º. - Para usufruírem os benefícios constantes desta lei, deverão as firmas interessadas, reunir os seguintes requisitos mínimos:

- 1º - Comprovada idoneidade moral;
- 2º - capacidade econômica e financeira; (5 apêndices, Lei 447 de 24/4/69)
- 3º - capacidade para emprêgo de, no mínimo, cinquenta (50) operários;
- 4º - não ter similar neste Município.

Art. 3º. - Antes da doação de que trata o Art. 1º desta lei, deverá o Poder Executivo, ajustar, com as partes interessadas e fixar os prazos para instalação das fábricas.

Art. 4º. - Decorrido o prazo estabelecido de acordo com o Art. 3º sem que haja sido instalada a indústria, o terreno doado reverterá ao Patrimônio Municipal, independente de ação judicial, sem ônus para a Municipalidade, correndo as despesas da reversão por conta da respectiva firma.

Art. 5º. - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, em cada oportunidade, o crédito especial que se fizer necessário, usando para isso, // qualquer "superavit" existente.

Art. 6º. - Esta lei entrará em vigor na data de sua oficial publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 1º de junho de 1968.-

a) NAPOLEÃO FERRARI - Prefeito Municipal

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA, EM 1º DE JUNHO DE 1968.-

Elaborado por

Naipolão Ferrari

NAPOLEÃO FERRARI - Prefeito Municipal

ANO XIII

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ
BOLETIM OFICIAL
LAPA, 25 DE MAIO DE 1973

Nº 130

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 549

Súmula: Concede aumento de vencimentos aos funcionários da Municipalidade.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É concedido aos Servidores Públicos Municipais, ocupantes de cargos de provimento efetivo e em comissão, o aumento de 15% (quinze por cento) sobre seus vencimentos e gratificações funcionais, com vigência a partir de 1º de maio corrente.

Art. 2º - A majoração prevista no artigo anterior é extensiva aos funcionários aposentados e às pessoas que percebem pensões da Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, oportunamente, o crédito suplementar ao seu atendimento, usando para esse fim os recursos legais previstos na Lei do Orçamento.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 25 de maio de 1973.-

(a) José Ribas

Prefeito Municipal

LEI Nº 550

Súmula: Concede estímulos para a implantação ou ampliação de indústrias no Município e dá outras providências.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Respeitadas as diretrizes da Lei Municipal nº 408 de 1º de junho de 1968 que incentiva a instalação de indústrias no Município da Lapa e a alteração contida na Lei nº 447 de 24 de abril de 1969, é o Poder Executivo autorizado a conceder estímulos para a implantação ou ampliação de empresas industriais ou comerciais na Lapa, obedecida a seguinte ordem:

I - tributários e econômicos:

- b) subvensão de até a quantia equivalente à parcela municipal paga pela indústria a título de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias (IPI);

II - imobiliários, financeiros e físicos:

- a) doação, venda ou concessão real de uso de bens inóveis;
- b) participação acionária de até 30% do capital nominal da empresa;
- c) estudos e viabilidade dos empreendimentos e elaboração dos projetos;
- d) serviços de infraestrutura e de terraplanagem.

§ 1º - Os estímulos tributários e econômicos poderão ser concedidos pelo prazo até de 10 (dez) anos.

§ 2º - A subvenção será outorgada dentro dos mesmos prazos estatuidos na legislação estadual para recolhimento do I.C.M.

§ 3º - Os estímulos imobiliários, financeiros e físicos serão de concessão da Prefeitura, mediante estudo detalhado de cada caso.

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA
ESTADO DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 06
36

ANO IX ***** BOLETIM OFICIAL ***** nº43

LAPA, EM 28 de abril de 1969

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEIS SANCIONADAS

LEI Nº 445

Altera a Lei Municipal número
317

A Câmara Municipal da Lapa decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - A multa constante no parágrafo 2º do Artigo 1º da Lei nº 317 de 21.10.64, passa a ser de cinco centésimos(0,05) do salário mínimo vigente nesta região.

Art 2º - Fica revogado o parágrafo 3º do artigo primeiro da Lei nº 317.

Art 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua oficial publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 14 de abril de 1969

(a) Sérgio Augusto Leoni
Prefeito Municipal

LEI Nº 446

Dá denominação a uma das ruas da cidade.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art 1º - Passará a denominar-se "Rua Coronel João Pacheco" a via pública que parte, perpendicularmente da rua "Ubaldo do Amaral" em direção oeste, bifurcando com a Avenida "Aloisio Lecni" em seu lado sul, com a qual forma ângulo de 8º.

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor da data de sua publicação

Art 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 24 de abril de 1969

(a) Sérgio Augusto Leoni
Prefeito Municipal

LEI Nº 447

Altera o Item 3º do Art 2º da Lei Municipal nº 408

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

ANO IX***** BOLETIM OFICIAL***** nº

Art 1º - O ítem 3º do Art 2º da Lei Municipal nº 408 de 1º de junho de 1968, passa ter a seguinte redação:
"capacidade para emprego de, no mínimo cinco (5) operários"

Art 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua oficial publicação revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa em 24 de abril de 1969

(a) Sérgio Augusto Leoni
Prefeito Municipal

LEI Nº 443

Dispoñ sôbre a abertura de
crédito suplementar de R\$
35.000,00 (trinta e cinco
mil cruzeiros novos).

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná decretou e eu,
Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art 1º- Fica aberto um crédito suplementar no atual exerci-
cio de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil cruzeiros novos), como refor-
ço da Verba 3.0.0.0.9.3 - dotação 3.1.3.0.9.3 do Orçamento em vigor
destinado ao Serviço de Iluminação pública.

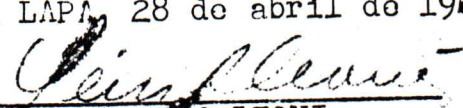
Art 2º- Como recurso para atendimentos do crédito em aprêço
será utilizado o excesso de arrecadação que se vem verificando no cor-
rente exercício.

Art 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação
revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 28 de abril de 1969

(a) Sérgio Augusto Leoni
Prefeito Municipal

EDIFICIO DA PREFEITURA MUNICIPAL EM LAPA, 28 de abril de 1969


SÉRGIO AUGUSTO LEONI
PREFEITO MUNICIPAL

DANILO DO. GIOVENARDI

N D I Q Ü E R A LMTDA.

a, Pr, 28 de janeiro de 1997.

TINDIQUERA LTDA.

tor do Amaral, 1313 - Fone 842-1264 - Fax 842-3231
5-810 - Araucária - Paraná

EXMO. SR.
VEREADOR MARCOS BORTOLETTO.
CÂMARA MUNICIPAL.
LAPA - PARANÁ

Prezado Senhor.

Formulamos a presente, para solicitar a V. Sa., vossa colaboração junto a esta Casa de Leis, afim de que nos seja concedida a **isenção do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS.**

Sua cobrança, repassada ao usuário, do transporte coletivo que implantamos nesta Cidade, na forma de aumento de tarifa, somente servirá como um fator negativo e inibidor à permanência desse serviço na Lapa.

Tal imposto, como ocorre em toda a Região Metropolitana de Curitiba, já não é cobrado na maioria das cidades brasileiras.

Lembramos que, teremos que arcar com um **prejuízo mensal superior a de R\$11.000,00 (Onze mil reais) mensais**, seguramente por um período de 12 a 18 meses, na melhor das hipóteses, como ocorreu na Cidade de Araucária, no início da implantação do transporte urbano.


Para corroborar nossa afirmativa, enviamos uma planilha contendo nosso custo mensal de operação, estimado em **R\$44.396,33**, sendo o valor calculado da tarifa, de **R\$0,87 (Oitenta e sete centavos)**, que deveria estar sendo cobrada aos munícipes.

Esta isenção nos ajudaria a manter o nível atual dos serviços prestados, o que seguramente não poderemos continuar oferecendo por muito tempo, aos preços hoje cobrados.

Enviamos igual solicitação ao executivo municipal em dezembro último, recebendo nesta data indeferimento, conforme xerox do Ofício nº 032 anexo, o qual atribui a essa Casa de Leis, a competência para legislar sobre esta matéria.

Na certeza de vossa atenção, nos firmamos

ATENCIOSAMENTE.



Daniilo Do. Giovenardi

Passag./mes =

51.120 Frota Total =

9

Tarifa Atual =

Km mes =

32.469

Frota Operante =

9

	PARAMETROS	VALOR Cr\$	CUSTO/KM	PARTIC.	
COMBUSTIVEL	0.3846	5 019.94	0.1546	11.3071%	
Óleo Motor	0.0076500	668.11	0.0206		
Óleo Caixa	0.0004000	50.00	0.0015		
Óleo Diferencial	0.0004000	46.12	0.0014		
Fluido Freio	0.0001700	42.81	0.0013		
Graxa	0.0006070	59.23	0.0018		
TOTAL LUBRIFICANTES		866.27	0.0267	1.9512%	
Pneu Diagonal 900x20	0.0001000	1 889.67	0.0582		
Camara	0.0001159	169.34	0.0052		
Protetores	0.0000932	72.63	0.0022		
Recapagem (a frio)	0.0001000	446.02	0.0137		
AL RODAGEM		2 577.66	0.0794	5.9060%	
PEÇAS E ACESSORIOS	IV.VEICULO A/ANO x	7 429.37	0.2280	16.7342%	
Motoristas:	Salario Medio com	5 100.00			
15.0000	Gratificacao =	20.0000%			
	Anuênio =	0.0000			
Cobreadores:	Salario Medio =	60.0000%	0.0		
	Quantidade =	0.0000			
	Anuênio =	0.0000			
Pessoal Trafego	Salario Medio =	1.2000	720.00		
FU = 0,1	Quantidade =	2.0000			
	Anuênio =	0.0000			
Pessoal Manutencao	Salario Medio =	0.8000	480.00		
FU = 0,60 F.T.	Quantidade =	2.0000			
	Anuênio =	0.0000			
UNIFORME	2.0000%	114.00			
TI PESSOAL		6 600.00			
TOTAL ENCARGOS	78.0000%	5 148.00			
TOTAL PESSOAL COM ENCARGOS E UNIFORME		11 862.00	0.3653	26.7184%	
TOTAL CUSTO OPERAC.		27 755.23	0.8548		
CUSTO ADMINISTRATIVO	Sobre custos				
Pessoal Administrat.	Operacionais:	15.0000%	4 163.28	0.1282	9.3775%
Despesas Administrat.					
Depreciacao Equip. e					
Instalacoes					
Remuneracao Equipem.,					
Instalacoes e Almoz.					
Depreciacao	Garantir a reposicao dos				

	Veículos dentro da vida útil de 120 meses considerando um valor residual de 10%	10.00000%			
	$IR = ((Vv - Vr)F)/Vu$		7 136.42	0.2198	16.0743%
	IR = Dep. do veículo				
	IV = Valor veic. s/rodagem				
	IRv = Valor Residual				
	Vu = Vida útil				
	IF = Frota dentro da Vu	10			
	ID/0m = custo/Km				
Remuneracao	Remuneracao de 1.00000%				
	Ido Saldo de vida util dos Veiculos (meses)	5.22222224			
	$IRv = (Vv)(IS+IF)$		4 140.88	0.1275	9.3271%
	IRv = remuner. do veículo				
	IV = valor veic.s/rodagem				
	II = taxa remuneracao				
	IS = saldo vida util				
	IF = Frota dentro da v.u.				
	IRv/0m = custo/km				
TOTAL CAPITAL			11 277.30	0.3473	
TOTAL	Custo Fixos e Variaveis		43 195.81	1.3304	
PIS	IS/Receita Bruta	0.65000%	274.47	0.0091	0.6633%
COFINS	IS/Receita Bruta	2.00000%	906.05	0.0279	2.0400%
ISS	IS/Receita Bruta	2.00000%	906.05	0.0279	2.0400%
ITC					
	Custos Fixos: Pessoal, Encargos, Capital, Pis e Cofins		24 339.81	0.7496	
TOTAL CUSTOS VARIÁV.			20 056.51	0.6177	
TOTAL CUSTOS FIXOS E VARIÁVEIS PARA DET. DA TARIFA			44 396.33	1.3674	100.0000%
TARIFA				0.87	

VERIFICACAO DE PRECOS

GLTO DIESEL	0.4600
OLEO DE MOTOR	2.4070
OLEO DE CAIXA	3.0425
OLEO DE DIFERENCIAL	3.5510
FLUIDO PARA FREIOS	6.8319
GRAXA	3.0055
PNCU	302.0000
CAMARA	45.0000
RECARGAEM	137.3700
PEDITTORES	24.0000
MEDIA CHASSI FROTA	62 171.2000
MEDIA CARROCERIA FROTA	36 867.0000
ONIBUS COMPLETO	79 050.2200
SALARIO MOTORISTA	300.0000

ALTERACAO NO CUSTO/KM EM FUNCAO DE:

OBS: PASSAGEIROS/MES estimativa

DIA	DAGRANJA	CIDADE	KMS.RODAD
20/01/97-SEGUNDA	1 418	474	1114
21/01/97-TERCA	1 909	339	1208
22/01/97-QUARTA	1 839	351	1107
23/01/97-QUINTA	1 908	319	1120
24/01/97-SEXTA	1 795	325	1270
25/01/97-SABADO	969	213	1032
26/01/97-DOMINGO	103	116	725
TOTAIS	9 741	2 187	7 576
MEDIA DIARIA	1 392	312	1 082
MEDIA MENSAL	41 747	9 373	32 469
TOTAL MENSAL/SISTEMA		51 120	32 469

CARROCERIA 1310	36 417.00	7 - Qtde carroceria 1310
CARRUCERIA 1620	38 442.00	2 - Qtde carroceria 1620
Media de Carroceria...	36 867.00	7
CHASSI MBZ 1310	59 604.32	7 - Qtde chassi MBZ 1310
CHASSI MBZ 1620	71 244.67	2 - Qtde chassi MBZ 1620
Media de Chassi.....	62 171.22	7



Ofício nº 032

Lapa, 24 de Janeiro de 1997

Prezados Senhores:

Em atenção ao seu requerimento, protocolado nesta Administração sob nº 1349/96, solicitando isenção do ISS, informo que submetido o pedido à análise da Assessoria Jurídica, recebeu o seguinte parecer que fundamentou o indeferimento:

"Parecer

A Lei Orgânica do Município, de 04/04/90, em seu artigo 21 e inciso II, do mesmo artigo, estabelece:

Art. 21 - Cabe a Câmara Municipal com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere ao seguinte:

I.

II. tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e remissão de dívidas.

Ante o acima exposto sou pelo indeferimento."

Milton Hammerschmidt

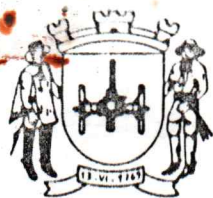
Assessor Jurídico

Sem outro motivo, subscrevo-me,

Cordialmente

Miguel Batista
Prefeito Municipal

À
VIAÇÃO TINDIQUERA LTDA.
Araucária - PR



**CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE
COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS, NA CIDADE DA LAPA**

Pelo presente instrumento particular de contrato de concessão de serviços de transporte coletivo urbano, em ônibus, na Cidade da Lapa, subordinado ao regime jurídico dos contratos administrativos instituído pela Lei nº 8.666/93 e vinculado às condições gerais, que ambas as partes confessam conhecer, estabelecidas na Lei nº 8.987, de 13.02.1995; Lei Municipal nº 1090, de 1º.07.1991; Regulamento baixado com o Decreto nº 4.172, de 25.07.1996 e EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/96, de um lado, como CONTRATANTE e CONCEDENTE, o MUNICÍPIO DA LAPA, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Praça Mirazinha Braga, 87, na Cidade da Lapa, deste Estado, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, cidadão JOACIR GONSALVES, brasileiro, casado, administrador de empresas, domiciliado nesta cidade, onde reside na Rua Clementino Paraná, 36, e de outro, como CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA, a firma VIAÇÃO TINDIQUERA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, com sede em Araucária, deste Estado, na Avenida Dr. Victor do Amaral, nº 1313, inscrita no CGC-MF sob nº 79.764.643/0001-61, neste ato representada por seu sócio-gerente DANILO DOMINGOS GIOVENARDI, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº 422.068-4/PR, CPF nº 003.042.399-68, domiciliado na Capital do Estado, onde reside na Rua Brasília Itiberê, nº 4345, ap. 2202, Bairro Água Verde, têm justo e acertado o que se contém nas seguintes Cláusulas e condições:

PRIMEIRA: Nos termos da licitação aberta pelo CONTRATANTE e CONCEDENTE, pela modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tomou o nº 001/96, para a prestação dos serviços nele especificados, de transporte coletivo urbano de passageiros, em ônibus, na Cidade da Lapa, a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA teve sua proposta considerada como a mais conveniente e adequada aos interesses ali objetivados, motivo por que, por este instrumento, são-lhe adjudicados, mediante concessão, os serviços de Transporte Coletivo Urbano, na Cidade da Lapa.

SEGUNDA: Em razão da aceitação de sua proposta e pelo presente instrumento, a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA, sob o regime de sua exclusiva responsabilidade, obriga-se a prestar os serviços de transporte coletivo urbano, em ônibus, de forma adequada ao pleno atendimento dos usuários, dentro das normas técnicas aplicáveis e das disposições deste Contrato, satisfazendo as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas, como previstas no art. 6º, seus parágrafos e incisos, da Lei nº 8.987/95.

[Handwritten signatures]



Progresso unido à história.

ANO XXXV

BOLETIM OFICIAL

-190-

Nº 610
...02

Parágrafo Único: A CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA incumbe:

I - executar os serviços com indústria e zelo;
II - subordinar-se à fiscalização do CONTRATANTE e CONCEDENTE, quanto à execução dos serviços, que será exercida pela COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO - CMTC, facilitando-lhe, a qualquer época, o acesso aos equipamentos, instalações e registros contábeis;

III - corrigir os serviços julgados inadequados, sem ônus adicionais, responsabilizando-se, com exclusividade, por eventuais prejuízos causados a usuários ou terceiros e

IV - obedecer e fazer obedecer por seus prepostos e empregados as normas a respeito dos serviços concedidos e as constantes do Regulamento do Serviço de Transporte Coletivo Municipal de Passageiros, aprovado pela COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO - CMTC, integrante do Decreto nº 4172, de 25 de julho de 1996.

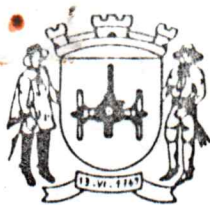
TERCEIRA: A concessão de que trata este Contrato é feita sem caráter de exclusividade (Lei nº 8.987/95, art. 16), e compreenderá a prestação do serviço de transporte coletivo urbano em ônibus, na Cidade da Lapa, nas áreas e linhas descritas no ANEXO I, que passa a integrar este Contrato.

§ 1º : Fica facultado às partes, por consenso, estabelecer variações nas linhas e trajetos, objeto da proposta da CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA, que visem atender mais adequadamente às necessidades dos usuários.

§ 2º : A CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA iniciará imediatamente os serviços concedidos, que poderão ser implantados por etapas, de acordo com autorização e critérios da CMTC e os prestará pelo prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir da data da assinatura deste instrumento.

§ 3º : A qualidade dos serviços é garantida pela utilização dos veículos constantes da relação acostada à proposta apresentada, que passa a fazer parte integrante e inseparável deste instrumento, e dos quais a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter inventário e registro.

§ 4º : Para o desempenho da concessão, a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA obriga-se a conservar e manter os veículos, que utilize ou venha a utilizar, em condições da mais perfeita ordem, asseio e segurança, bem como a substituir por outros, em melhor estado de conservação e uso, aqueles que se mostrem desgastados, inseguros ou, sob qualquer aspecto, impróprios para a prestação de um serviço eficiente e confortável aos usuários, a critério do CONTRATANTE e CONCEDENTE.



§ 5º : Os veículos utilizados terão números e dizeres, a serem determinados pela COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO - CMTC, que os identifiquem com o serviço para o qual estão sendo utilizados e com as linhas que atendam.

QUARTA: Para os efeitos do inciso III, do art. 23, da Lei nº 8.987/95, a qualidade dos serviços será aferida pelo CONTRATANTE e CONCEDENTE, com observância dos requisitos de funcionamento, segurança, conforto, higiene, conservação e ano de fabricação dos veículos; habilidade, assiduidade, urbanismo e apresentação pessoal dos motoristas; regularidade e pontualidade no atendimento dos horários das diversas linhas, índice de reclamações dos usuários e obediência ao limite das tarifas autorizadas e às normas legais aplicáveis ao serviço.

Parágrafo Único: Verificada a falta de atendimento de qualquer dos requisitos enumerados nesta Cláusula, ou a sua deficiência, se não regularizada a falha no prazo concedido expressamente pela COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO - CMTC, a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA ficará sujeita às penas previstas no art. 15, da Lei nº 1090, de 1º.07.1991, até a rescisão do contrato e à perda da concessão, sem que lhe caiba direito a indenização ou outra forma de compensação ou ressarcimento.

QUINTA: A concessão extinguir-se-á: pelo termo do prazo contratual ou encampação dos serviços; sua caducidade, rescisão ou anulação, e falência da CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA, aplicado o previsto nos arts. 35 a 39, da Lei nº 8.987/95.

Parágrafo Único: A encampação, rescisão, resgate ou retomada do serviço pelo CONTRATANTE e CONCEDENTE, durante o prazo de concessão, por motivo de interesse público ou conveniência administrativa, só poderá ser realizado mediante autorização legislativa, observado o previsto na Cláusula Décima, deste Instrumento.

SEXTA: As tarifas que a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA poderá praticar são as constantes de sua proposta aceita pelo CONTRATANTE e CONCEDENTE.

§ 1º : A CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA obriga-se a executar os serviços, praticando as tarifas fixadas na proposta apresentada no processo licitatório, que sofrerão alterações, quando verificada variação de consumo, da massa salarial e de preços nos insumos, de forma a manter o respectivo equilíbrio econômico-financeiro do contrato.



§ 2º : Para o efeito previsto no parágrafo anterior, a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA proporá o reajuste pretendido, devendo apresentar planilha justificativa detalhada, da qual constem todos os elementos capazes de demonstrar cabalmente a necessidade do reajuste proposto, que será objeto de análise e decisão da COMISSÃO MUNICIPAL DE TRANSPORTE COLETIVO - CMTC, sujeita à consideração do Prefeito, a quem compete, também, decidir os recursos contra as decisões a respeito.

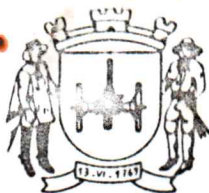
§ 3º : A planilha de que trata o parágrafo anterior deve conter os parâmetros de consumo e preços de tabela, de cada insumo utilizado pela empresa, como óleo diesel; lubrificantes; pneus, câmaras, protetores e recapagens; peças e acessórios, considerado um gasto anual igual a 10% (dez por cento) do valor do veículo/tipo novo utilizado; mão-de-obra direta, constante de motoristas, mecânicos e pessoal de limpeza e conservação e seus encargos salariais, calculados num percentual de 78% (setenta e oito por cento) dos salários pagos; uniformes para todo o pessoal; despesas e pessoal administrativos, na ordem de 15% (quinze por cento) do custo total mencionado nos itens anteriores; depreciação dos veículos da frota, considerada uma vida útil de 10 (dez) anos; remuneração do capital investido na frota e demais capitais investidos e, bem assim, os impostos e taxas cobrados pelos diversos órgãos municipais, estaduais e federais, planilha cujo modelo acostado, passa a fazer parte integrante deste Instrumento, como seu ANEXO II.

§ 4º : As novas tarifas só poderão ser praticadas depois de expressamente autorizadas.

§ 5º : Sempre que solicitada, a CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA prestará contas da gestão do serviço ao CONTRATANTE e CONCEDENTE e aos usuários, sob as penas da lei e as previstas na Cláusula Quarta, Parágrafo Único, deste Contrato.

SÉTIMA: Em caso de deficiência nos serviços, inadequação ou falta de cumprimento das normas legais e do Contrato, o CONTRATANTE e CONCEDENTE poderá intervir na CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA, quando se procederá de acordo com o previsto no Capítulo IX, da Lei nº 8.987/95.

OITAVA: O presente Contrato, suas Cláusulas e condições, ficam estritamente vinculados aos termos da licitação a que se refere e da proposta formulada pela CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA.



CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 14



Progresso unido à história.

ANO XXXV

BOLETIM OFICIAL
-193-

Nº 610

...05

NONA: A CONTRATADA e CONCESSIONÁRIA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE e CONCEDENTE ou a terceiros, por ela transportados ou não, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, e pelos encargos tributários, trabalhistas, previdenciários e comerciais dele resultantes, bem como pelo seguro que se fizer necessário para garantia de pessoas e bens, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade do CONTRATANTE e CONCEDENTE.

DÉCIMA: O inadimplemento de qualquer das disposições aqui contidas, além da rescisão do contrato, perda da concessão e das penalidades previstas aqui e na lei, implicará no pagamento de uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, calculado pela multiplicação do valor da arrecadação mensal verificável, pelo número de anos da concessão, a que ficará sujeita a parte inadimplente.

DÉCIMA PRIMEIRA: Os casos omissos neste Contrato e as dúvidas que dele se originarem serão resolvidos por arbitramento e, malgrado este, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, fica eleito pelas partes o foro da Comarca da Lapa, como competente para dirimir toda e qualquer dúvida que tenha origem nas suas Cláusulas e condições e seu cumprimento.

E por assim estarem certos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias, ambas de igual teor e forma e para os mesmos e jurídicos efeitos, sujeitando-se, por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento das disposições aqui contidas, promessa que formulam na presença das testemunhas que adiante também assinam.

Lapa, 21 de Dezembro de 1996

MUNICÍPIO DA LAPA
Contratante e Concedente

VIAÇÃO TINDIQUERA LTDA
Contratada e Concessionária

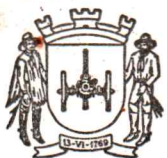
Testemunhas:

[Signature]
CURS. Nº 204.771-PP
[Signature]
CNPJ Nº 084.409-0/PR

A n e x o 1

Contendo descrição das linhas:

- 01 a 04: urbanas regulares
- 05 a 08; ditritos e Monge
- DG-01 a DG-37: para atendimento a
malha urbana e
empresa DaGranja



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 15
SL

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ass.: Ante-Projeto de Lei nº 003/97

Para parecer no projeto de lei em epígrafe, designo o Sr.:

SEBASTIÃO KRAINSKI

ALFREDO KELM JUNIOR

26/03/97



COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ANTE - PROJETO DE LEI nº 003/97

Súmula: *Concede isenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, a empresa Viação Tindiquera Ltda, pelo prazo que especifica, e dá outras providências.*

PARECER

Dentre as atribuições desta Câmara, está a de conceder isenções de tributos municipais. Assim sendo, a iniciativa da lei e sua constitucionalidade apresentam-se, não havendo óbice para que o projeto ora analisado seja discutido e votado. Entretanto, deixamos de analisar sobre o seu mérito, atribuindo tal responsabilidade ao plenário desta Casa de Leis, cuja decisão será manifestada através do voto.

Vale lembrar que o processo de votação é o simbólico, considerando o projeto aprovado se receber voto favorável da maioria simples dos vereadores.

É o parecer.

Lapa, 01 de abril de 1997

SEBASTIAO KRAINSKI PINTO
RELATOR



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 17
36

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ass.: Ante-Projeto de Lei nº 003/97

VOTO DO VEREADOR ALFREDO KELM JUNIOR

roto com omeletor
01/04/97



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 18
36

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ass.: Ante-Projeto de Lei nº 003/97

VOTO DO VEREADOR CESAR LEONI

Com o relator
C. Leoni 01/04/97-



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná


CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 18
56

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Ass.: Ante-Projeto de Lei nº 003/97

Para parecer no projeto de lei em epígrafe, designo o Sr.:

VILMAR FAVARO


WALTER HORNING
PRESIDENTE



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 20
36

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

ANTE - PROJETO DE LEI nº 003/97

Súmula: *Concede isenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, a empresa Viação Tindiquera Ltda pelo prazo que especifica, e dá outras providências.*

PARECER

Não vislumbro problemas no projeto de lei ora analisado, podendo ele ser alvo de deliberação plenária, a quem cabe julgar sobre o seu mérito.

É o parecer.

Lapa, 01 de abril de 1997


VILMAR FAVARO

RELATOR



Câmara Municipal da Lapa
Estado do Paraná

CÂMARA MUNICIPAL
LAPA - PR
FLS. Nº 21
36

COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E FISCALIZAÇÃO

Ass.: Ante-Projeto de Lei nº 003/97

VOTO DE SEUS MEMBROS

VEREADOR: *Walter G. Hawing.*
com o relator W. Hawing

VEREADOR:
com o relator [assinatura]



PROJETO DE LEI Nº 004/97

Súmula: Concede isenção do Imposto Sobre Serviços - ISS, a empresa **Viação Tindiquera Ltda.**, pelo prazo que especifica e dá outras providencias.

A Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná, **APROVA:**

Art. 1º - Fica concedido, nos termos da Lei 550, de 25 de maio de 1973, isenção, pelo prazo de doze meses, do Imposto Sobre Serviços, a empresa **Viação Tindiquera Ltda.**, CGC/MF nº 79.764.643/0001-61.

Parágrafo Único - A isenção terá início no primeiro mês após a publicação desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal da Lapa, Estado do Paraná,
em 11 de abril de 1997.

M. A. Bortoletto

MARCO ANTONIO BORTOLETTO
Presidente

Vilmar Czarneski Fávares
VILMAR CZARNESKI FÁVARO
1º Secretário

